

SISTEMATIZAÇÃO/INSTITUCIONALIZAÇÃO DA GEOGRAFIA E FORMAÇÃO NACIONAL BRASILEIRA: REVENDO A INFLUÊNCIA DE EVERARDO BACKHEUSER

Rita de Cássia Martins de Souza ANSELMO¹

Resumo

Neste trabalho procura-se refletir sobre as relações entre a sistematização e a institucionalização da ciência geográfica, no Brasil, e o processo mais amplo da formação nacional brasileira. Procura-se resgatar a contribuição de Everardo Backheuser.

Palavras-chave: Geografia; Formação nacional brasileira; Sistematização-Institucionalização; Pensamento Geográfico; Everardo Backheuser.

Abstract

Systematization and institutionalization of Geography and Brazilian national formation: a review of the Everardo Backheuser's contribution

The present essay tries to bring some reflections between systematization and institutionalization of the Geographical Science in Brazil, besides the wider process on the Brazilian nationality formation. We try to recue the Everardo Backheuser's contribution.

Key words: Geography; Brazilian national formation; Systematization-Institucionalization; Geographical though; Everardo Backheuser.

¹ Pós doutoramento Unicamp / Fapesp - Rua Itabirito, n. 944 - Jardim Ipiranga - Americana - SP
email: ritacmsou@ige.unicamp.br

As reflexões aqui expostas fazem parte da pesquisa de doutorado, intitulada "*Geografia e Geopolítica na Formação Nacional Brasileira: Everardo Adolpho Backheuser*". Neste trabalho, em particular, procura-se refletir sobre as relações entre a sistematização e a institucionalização da ciência geográfica, no Brasil, e o processo mais amplo da formação nacional brasileira.

O desenvolvimento da Geografia teve fortes laços com a consolidação da identidade nacional e da unidade territorial, processos que caminharam paralelamente, no país. Partimos do pressuposto de que a produção intelectual é um subsídio primordial para a compreensão da formação de um pensamento geográfico inerente tanto à construção da disciplina em si, como parte indissociável da formação nacional.

Nesse sentido, procuramos resgatar criticamente a contribuição de um autor – Everardo Backheuser – “esquecido” pelos geógrafos de uma maneira geral, mas que contribuiu efetivamente para a consolidação da Geografia brasileira.

Everardo Adolpho Backheuser foi engenheiro geólogo e professor do Colégio D. Pedro II, entre outras funções. Atuou junto à Campanha da Educação, da Associação Brasileira de Educação (ABE), durante os anos de 1920 até 1937, introduzindo, ao lado de Delgado de Carvalho, a Geografia nos debates educacionais desses anos. Pode ser considerado o primeiro a discutir os conceitos da geopolítica alemã, no Brasil, com seu trabalho “Problemas do Brasil. Estrutura Geopolítica. O Espaço”, de 1933.

UNIDADE TERRITORIAL, IDENTIDADE NACIONAL E PENSAMENTO GEOGRÁFICO BRASILEIRO

No Brasil, dado o caráter tardio da institucionalização dos cursos de Geografia, a veiculação de idéias de cunho geográfico, antes da década de 1930, fazia-se através de pensadores de áreas variadas. Nem por isso o pensamento geográfico foi de menor importância, tendo influenciado marcantemente a territorialidade e a nacionalidade brasileiras que se compunham nesse período.

A justificação ideológica para a unidade territorial e a identidade nacional trabalhada desde a independência política do país, em 1822, pode ser atestada pela produção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB, em que aparecem “vários relatos de viagem e expedições feitos a fim de reconhecer o território de dominação, especialmente aquelas áreas cuja apropriação estava em conflito com os países vizinhos” (ZUSMAN, 1996, p.99).

Identidade nacional e unidade territorial tornam-se faces da mesma moeda, num único projeto para o país. A espacialidade assume, desta forma, papel de suma importância na construção dessa *nova* ideologia com papéis bem demarcados para cada um dos sujeitos históricos. A elite, *alma da Nação*; a população, *povo massa* indisciplinado e incapaz seja por força do meio ou da raça ou da cultura; e, o Estado centralizador de todo o processo, *redentor* da Nação e responsável direto pela *educação das elites*.

Esse momento é caracteristicamente formador de um complexo aparato ideológico que fornecia um caráter legítimo a tal unidade-identidade, e, nesse sentido, o desenvolvimento das *ciências positivas* assumiu a qualidade de diretriz primeira para o encaminhamento desta questão. Segundo Machado (1995), a possibilidade de uma identidade nacional é trabalhada pelos intelectuais através de teorias européias importadas, entre elas o darwinismo social, o positivismo comtiano, o neolamarquismo e

o spencerismo, sendo que tais teorias estavam diretamente ligadas à idéia de mudança ou de evolução que também movia os interesses nacionais.

Florestan Fernandes (1987) toma a independência política como marco da instauração da sociedade nacional, quando o poder passa a se organizar a *partir de dentro*. Entretanto, destaca que não havia preocupação em romper com a estrutura da sociedade colonial e sim romper com a estrutura de dominação política externa. O estatuto colonial permanece, após a independência, em seu *substrato material, social e moral* e se constitui na base de formação da sociedade nacional brasileira, por esta via de interpretação. A sociedade, então, nasce sob o signo de uma imposição anterior à sua própria constituição e, portanto, a massa populacional que a compõe não vai se solidificando e se compondo em torno de objetivos comuns, mas tem que ser amoldada aos interesses e objetivos daqueles grupos que assumiram a direção do Estado.

O liberalismo exerce nesse momento um papel decisivo. Tanto no que concerne à liberdade e igualdade reivindicadas pelas elites nacionais contra o estatuto colonial como no que concerne à construção de um Estado Nacional brasileiro. Entretanto, sua adoção cria um descompasso entre a ordem legal e a tradição vigente (Bonfim, ?).

Nos últimos anos do século XIX e nos primeiros do XX, intensifica-se um movimento na direção da industrialização que, ainda que incipiente, já começa a provocar alterações significativas, tanto em termos econômicos, como políticos e sociais. Passa a ser urgentemente necessário preparar as bases do país para que se acomode às novas exigências do sistema de produção internacional. Mas, para isto, tinha-se que romper com o *atraso*, superar as enormes distâncias criadas entre a área mais dinâmica e o restante do território, tinha-se que assegurar a unidade territorial, criar uma verdadeira *Nação*, além disso, criar uma unidade de pensamento acerca do nacional. Na mentalidade dos intelectuais surgidos, não somente nesse período, mas, de uma forma geral, por longo espaço de tempo, essas preocupações predominavam.

As variadas teorias européias absorvidas no país, na ânsia de uma *explicação* para o Brasil, nem sempre se acomodaram de maneira tranqüila, pois muitas vezes eram diretamente contrárias à própria possibilidade de uma formação nacional baseada em "raças inferiores" – como o negro, o índio ou o mestiço – e em um meio tropical, portanto, hostil à civilização.

A intelectualidade, ao absorver essas várias tendências, buscava formas de utilizá-las de modo a que beneficiassem de alguma maneira a constituição da Nação brasileira. Ao proceder à leitura dessas teorias em vista das características peculiares do Brasil de então e buscando acertar as contradições claras dessa tentativa, tornava-se comum a prática do ecletismo em que se mesclavam pressupostos básicos de cada orientação. E isto foi comum entre os pensadores do final do século XIX, com exemplos em Silvío Romero, Tobias Barreto, Euclides da Cunha, como no início do século XX, com um exemplo clássico em Oliveira Vianna.

O objetivo maior era permitir que se provasse, cientificamente, a viabilidade da formação nacional brasileira. Assim, se segundo as teorias darwinistas sociais, as raças componentes de nossa estrutura social estavam fadadas ao desaparecimento pela concorrência natural da raça branca superior, então, isto não deveria significar o fim do Estado brasileiro. O branqueamento da população, através dos *cruzamentos sucessivos* entre índios e negros com os brancos garantiria o sucesso da civilização nacional. E se os brancos de *cepa* que aqui estavam não eram suficientes, então, a abertura da imigração orientada para brancos europeus seria a saída adequada. O branqueamento populacional, ou a *melhoria genética* da massa nacional acaba por se constituir em uma ideologia, largamente aceita entre a intelectualidade, que se refletirá na própria territorialidade.

Resulta óbvio o fato de que, se, por um lado, esta visão foi amplamente aceita, foi também rechaçada, como por Euclides da Cunha, que defendia a necessidade do fortalecimento da *raça nacional*, ou seja, o sertanejo (ver BARROS, W.S., 1999).

Para Oliveira (1997), o cientificismo marcou forte presença junto à constituição e consolidação do Estado Nacional brasileiro. A necessidade de lidar com o problema do espaço, ou melhor, com indivíduos num espaço ainda não moldado pela civilização moderna, rapidamente se transformou numa questão maior para muitos reformistas. A questão não foi imediatamente relacionada à geografia e sim às muitas teorias sociais e ideologias científicas de progresso do século XIX. Por conseguinte, quando as idéias geográficas modernas começaram a circular, elas o fizeram como parte de conglomerados ideológicos, já estabelecidos no lugar, como salienta Machado (1999).

É interessante notar, nessa direção que, antes da Geografia ser institucionalizada como curso superior, no Brasil, já haviam ocorrido vários congressos de geografia – oito Encontros Nacionais entre 1908 e 1926. Isto vem reafirmar a importância que a ciência geográfica vai assumindo desde o fim do século XIX, acompanhando a importância crescente do pensamento geográfico mais amplo, sem dúvida fundamental para a consolidação da unidade-identidade nacional.

Entretanto, todos os debates, discussões, todo o processo de modernização e institucionalização científica, ocorriam à distância da sociedade em geral. Da mesma forma, embora se tivesse um sistema republicano instalado sob o respaldo dos ideais do liberalismo, a democracia de fato não havia se instalado e uma cultura de cunho altamente autoritário determinava o andamento geral da recente *Nação*. Isto implicou em sérias conseqüências para o desenvolvimento histórico brasileiro em que não se consolidaram instituições e práticas democráticas.

O liberalismo assumido decaiu com a crescente crise econômica que o mundo passou a experimentar. As condições mínimas de prosperidade e de riqueza necessárias ao sistema democrático não estavam presentes, sobretudo após a I Guerra Mundial. Depois de 1930, na avaliação de Florestan Fernandes (1987) três pressões passaram a atuar sobre a burguesia brasileira. Em primeiro lugar a pressão externa, exigindo condições próprias para o desenvolvimento econômico, social e político do capital estrangeiro, de suas empresas e de seu crescimento. Em segundo, a pressão que vinha justamente das massas populares e do proletariado, exigindo um novo *pacto social*, e em terceiro uma pressão que viria da força que o próprio Estado começa a exercer na esfera econômica.

Esta conjuntura histórica exigia respostas da elite intelectual e um rompimento com aquelas idéias que se constituiriam em entraves ao processo. A crença no Brasil moderno permeou o pensamento da *Intelligentsia* por longo período da história brasileira, e a *modernização conservadora* tornou-se a fórmula ideal para se alcançar tal objetivo. Conforme Lahuerta, trata-se da "... constituição de um novo bloco de poder com uma simultânea perspectiva autoritária e modernizadora..." (LAHUERTA, 1997, p. 106).

O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA CONCEPÇÃO DE BACKHEUSER

Em toda a obra de Everardo Backheuser e em suas atividades junto a movimentos vários dos quais foi ativo participante como a Campanha pelo Ensino e o Movimento Católico, a crença na educação como um dos pilares da formação nacional é visível.

O autor dedicou-se a analisar as questões relativas ao ensino, não se limitando, entretanto, a questionar as decisões governamentais, mas intervindo diretamente nos rumos da educação, criando, dirigindo e participando ativamente de movimentos de repercussão nacional, como a Associação Brasileira de Educação, a Cruzada pela Escola Nova (da qual foi fundador e presidente) e o Movimento Católico Brasileiro – através do qual publicou revistas e boletins informativos, criou e dirigiu entidades e instituições de ensino (Associação Fluminense de Professores Católicos, Confederação Brasileira de Professores Católicos, Confederação Brasileira de Higiene, Associação de Professores Católicos do Distrito Federal, Confederação Católica Brasileira de Educação, Instituto de Pesquisas Educacionais) e promoveu ampla disseminação dos ideais católicos.

Colocou-se como um crítico pertinaz da Reforma João Luiz Alves, de 1925, entendendo-a como uma séria implementadora das distâncias entre os níveis de desenvolvimento do Brasil. Considerou a Reforma tímida mediante as necessidades existentes.

Na concepção de Nagle (1974), os trinta primeiros anos da República representaram um período de ajustamento entre os ideais do regime e as “condições objetivas da existência social brasileira”. O “desânimo e as frustrações que dominaram a mentalidade dos homens públicos, dos pensadores, dos intelectuais e dos educadores”, causaram um processo de “represamento das energias” que, na década dos vinte, explodiu liberando a discussão dos “grandes problemas nacionais”, entre eles o da escolarização.

Vários *ensaios* precederam a criação da Associação Brasileira de Educação – ABE, nos quais Everardo Backheuser teve ativa e intensa participação ao lado do fundador do movimento: Heitor Lira da Silva. Dirigida por José Piragibe, a Liga Pedagógica do Ensino Secundário, pode ser considerada como um desses *ensaios*. Através dela, Heitor Lira e Backheuser chegaram a pensar numa Federação de Professores. Por fim, em 1924, funda-se a ABE, com objetivos grandiosos. Os depoimentos de Backheuser dão conta do que se passava nesse momento. “Havia no ar o desejo de uma transformação política que não se traduzia em uma fórmula concreta e precisa, mas na ânsia nervosa de ‘sair daquilo’ fosse como fosse” (BACKHEUSER, 1946, p.211).

A fundação da Associação constituiu-se em reflexo do chamado entusiasmo pela *educação e do otimismo pedagógico*: “O entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico, especialmente no final da Primeira República, caracterizam o período de tal maneira que a sociedade brasileira não pode ser adequadamente analisada sem considerar esses acontecimentos” (NAGLE, 1974, p.125).

A ABE acabou incorporando o Movimento da Educação Nova em cujos objetivos figuravam a criação de um sistema educacional de primeiro e segundo graus com abrangência social ampla e metodologias pedagógicas modernas.

A atuação de Backheuser junto à consolidação do ensino primário tem uma ligação muito estreita com a formação da identidade nacional. Nos propósitos da ABE, expressos nas Conferências Nacionais de Educação promovidas, fica estabelecida claramente essa *função* da educação primária: “Era preciso, como pontificava Lourenço Filho na Primeira Conferência, garantir a unidade política inculcando ‘em todas as crianças brasileiras idéias e sentimentos necessários à própria existência da nacionalidade’” (CARVALHO, 1997, p. 26).

O movimento pró-educação dos anos de 1920 propunha a construção de um sentimento de pertencimento a um grupo, a um lugar, a um território. O ensino primário torna-se fundamental na construção desse sentimento ou dessa identidade nacional, pois, através dele começar-se-ia a transmissão de uma língua comum, um conjunto de tradições etc. imprescindíveis para se consolidar a Nação. Entretanto, para

efetivar esse processo, o Estado teria de agir no sentido de fornecer *as ferramentas necessárias*.

O escolanovismo trazia uma série de princípios que vinham diretamente ao encontro das necessidades da formação da nacionalidade brasileira. A princípio, esse movimento educacional apresentou-se de forma muito heterogênea, tendo sido absorvidas várias correntes (NAGLE, 1974), de modo que, cada qual interpretava as reformas como bem entendia. Foi com a criação da ABE que se começou a discutir o escolanovismo sistematicamente e a congregar as diferentes correntes de pensamento.

A educação integral era defendida por Backheuser, e também de maneira geral por todos os defensores da Escola Nova, em contraposição ao ensino baseado na instrução pela instrução. A educação integral formaria indivíduos com condições de alterar a situação negativa do país e constituir de fato uma nação.

A *iniciativa*, a *cooperação* e o *preparo para a vida pela vida*, próprios do movimento escolanovista são fatores que levariam o indivíduo a se constituir em um cidadão completo, pleno – prerrogativas do mundo urbano. E, de fato, o movimento realmente aconteceu a partir de São Paulo e do Rio de Janeiro, os centros que experimentaram uma urbanização expressiva na década de 1920 e daí se expandiu para o restante do país, de maneira bastante heterogênea, sendo mais acatado em alguns lugares e menos em outros (CARVALHO, 1997). O processo de urbanização e industrialização que se desencadeou naqueles centros, desde o final do século XIX, gerou uma complexização social importante para o momento.

A sociedade tem base econômica e social agrária, mas o que fervilha é vida urbana; na cidade existe um número significativo de indústrias, mas o café é que dita os rumos da política econômica; os serviços públicos multiplicam-se, mas, na cidade, dificilmente chegando ao mundo rural; a política parece ser reservada aos profissionais liberais e aos militares, que são urbanos, mas o que o sistema eleitoral garante é a representatividade dos fazendeiros; a arte e o moderno, insuflados da Europa, também têm seu lugar na cidade – tangidos em geral pelos filhos dos ricos proprietários rurais – mas a sociedade agrária é fechada e patrimonialista, aparentemente intangível por esse tipo de movimento (GRANZIERA, 1997, p.135).

Os elementos fundamentais para a compreensão do desencadeamento da campanha educacional dos anos 20 são dados pelo contexto dos maiores centros urbanos. Como afirma Carvalho, nas “teses apresentadas às Conferências, os temas relativos à educação moral e sanitária são os mais frequentes... Saúde, moral e trabalho compreendem o trinômio sobre o qual se deveria assentar a educação do povo” (CARVALHO, 1997, p. 127).

A educação deveria cumprir, portanto, o papel de orientadora da população no que concerne aos hábitos urbanos, mas o fundamental era a orientação para o trabalho – a escola nova tem sido, mesmo, chamada de a escola do trabalho. Assim, o escolanovismo acabou proporcionando um ambiente de aprendizagem do que deveria ser a vida na sociedade capitalista moderna.

Para os intelectuais, em geral, e para aqueles envolvidos na campanha educacional, em particular, as *elites* tinham a responsabilidade primordial de conduzir o processo de formação da nação e, estando estas, *despreparadas* também elas deveriam ser educadas a fim de que compreendessem e executassem o seu papel, de maneira eficaz. Nesse sentido, faz-se sentir os ideais defendidos por Alberto Torres e Oliveira Vianna, cujos pensamentos apresentam grande inserção junto a ABE.

Assim, nos anos 20, casam-se duas grandes preocupações: a educação da população no sentido de constituir o *povo* brasileiro, através da consolidação do ensino primário e a educação das elites através da reestruturação do ensino secundário e superior.

Backheuser envolveu-se nas duas propostas, atuando junto ao ensino primário, na corrente desencadeada por Fernando de Azevedo, com a reforma de 1928, no Distrito Federal e junto ao ensino secundário e superior tanto enquanto professor como enquanto fundador e diretor de várias unidades desses níveis de ensino, além de fundador e organizador de entidades de interesse de classe de professores e de revistas especializadas em educação, como *Escola Nova* em que se difundiam os resultados dos trabalhos e se promoviam encontros.

Backheuser havia se aposentado da Politécnica, interessou-se pela Reforma e passou a colaborar com Fernando de Azevedo. Esteve na Alemanha estudando o assunto, e de lá voltou com absoluto domínio das novas orientações do ensino primário. Tornou-se exímio conferencista, doutrinando o professorado jovem, facilitando-lhes fontes de estudo, publicando trabalhos, supervisionando pesquisas. Teve a seu dispor cinco escolas municipais para ensaiar métodos e realizar análises (SANTOS, 1989, p.479).

Corroborando o que vem sendo dito, a reforma de 1928, era vista por Fernando de Azevedo como uma das respostas ao ambiente estabelecido após a Guerra de 1914:

A mobilidade e as variações da população, devidas não só às correntes imigratórias, mas às próprias migrações internas, especialmente para a região meridional; o surto de industrialismo dos Estados do Sul e, sobretudo, de São Paulo, para onde já se deslocara o centro de gravidade demográfica do país, e para os quais afluíu a população atraída como por um ímã irresistível, polarizado em melhor padrão de vida e salários mais altos; as evoluções da vida econômica e a agitação das idéias que se propagavam da Europa e dos EUA, acarretavam transformações da mentalidade, como deviam determinar as de instituições e crenças características da vida brasileira, criando uma atmosfera francamente revolucionária nos grandes centros urbanos (AZEVEDO, 1976, p.167).

Para Backheuser, a educação, assim como o saneamento básico, era o suporte para a instauração de uma nova era. Suas atividades junto a ABE, entretanto, findam em 1931, por ocasião da IV Conferência Nacional de Educação.

Schwartzmann (1979) coloca que a falta de um projeto pré-estabelecido para a área educacional pode ter levado o governo Getúlio, na pessoa do primeiro ministro da Educação e Saúde – Francisco Campos –, a se basear nos movimentos que vinham se desenrolando na década de 1920: "A ausência de um modelo próprio e a precariedade da situação política fizeram com que a opção [para o projeto de reforma] fosse baseada nas diferentes alternativas que os movimentos da década de 20 tinham aventado" (SCHWARTZMANN, 1979, p.172). Além disso, na opinião desse mesmo autor, tratava-se de assegurar a legitimidade junto à sociedade nesse momento de transição política.

Através dos trabalhos diretamente voltados para as questões religiosas conseguimos avançar um pouco mais na compreensão da visão do mundo de Backheuser no que ela expressa de mais conservador. A "desigualdade é a essência indefectível

das coisas deste mundo” e se é assim em tudo quanto existe por que “só falharia a regra na ordem econômica?” (BACKHEUSER, apud SANTOS, 1989, p.398). É função daqueles que assumem diretamente a obra da caridade encaminhar “o pobre a se conformar com as inevitáveis desigualdades sociais da vida terrena” (BACKHEUSER apud SANTOS, 1989, p.399).

O combate ao comunismo, durante esse período, teve na Igreja Católica, um de seus mais fortes e poderosos disseminadores. Era uma reação contra os movimentos reivindicatórios que se alastravam mediante as péssimas condições de vida dos trabalhadores.

Os problemas relativos à concentração urbana, ou seja, as péssimas condições de moradia, higiene, saúde, o aumento crescente do custo de vida e os baixos salários compunham um quadro estimulador de reivindicações e protestos. “Em tais circunstâncias... é fácil de compreender como e porque os operários buscavam associar-se em sociedades, sindicatos, uniões, com o fim de resistir pelo menos a essas duras condições de vida”. (BASBAUM, 1962, p.302).

Não é à toa que a cidade era vista como reduto de doença, miséria e vício por boa parte desses intelectuais, inclusive o próprio Backheuser. Segundo ele, um dos objetivos da escola era: “combater, ou, pelo menos, atenuar em seus efeitos morais, essa vida tumultuosa, corrosiva, ávida de prazeres...” (BACKHEUSER, 1931, p.94), obviamente contrária à formação do *bom* cristão e, por extensão, do *bom* cidadão.

A agitação no meio social não era bem recebida, é claro. Era entendida como uma atitude descontrolada por parte da *massa*, mas, o Estado republicano tal como se configurara até então era o principal responsável pela *desordem* (OLIVEIRA, 1997). O aparecimento de vários sindicatos, a movimentação operária, a greve geral, em São Paulo, em 1917/18, a criação do Partido Comunista Brasileiro, em 1922, foram conseqüências desse contexto histórico conturbado.

Tanto o movimento em prol da educação, como o movimento católico, surgiu como resposta dos intelectuais a essa pressão social. Na visão de Backheuser e, pode-se dizer, dos católicos em geral, a caridade era a “muralha em face do soviétismo avassalador”. Inerente aos dois movimentos – educação e catolicismo –, encontrava-se o nacionalismo.

O nacionalismo do grupo católico também se compromete com muitas posições dos outros nacionalismos. Por exemplo, aceita perfeitamente as afirmações sobre a manutenção da ordem, o espírito de disciplina, bem como é contrário à urbanização e à democratização da sociedade política (NAGLE, 1974, p.54-5).

É bastante delicado enquadrar o pensamento de Backheuser em qualquer uma das correntes nacionalistas, tal qual Nagle descreve. E mesmo, quanto ao catolicismo, as posições do autor destoam em vários sentidos da orientação do movimento. Como, por exemplo, dizer que ele é contra a urbanização se se encontrava no seio da reforma urbana quando da administração Pereira Passos, sendo mesmo o engenheiro responsável? Ou, então, como colocá-lo contra a democratização política se ele entendia a educação como formadora da cidadania?

Assim também é bastante difícil concordar inteiramente com Lucia Lippi de Oliveira quando afirma que “se os intelectuais conservadores estão propondo as reformas constitucional e educacional, os católicos trabalham pela reforma moral, entendida como a conversão religiosa do homem brasileiro” (OLIVEIRA, 1987, p.60). Backheuser, como visto, estava integrado tanto em uma como outra das reformas, embora defendesse a conversão religiosa do brasileiro como imprescindível.

Talvez devêssemos nos questionar a respeito da forma como se conduziria tanto a urbanização, como a formação da cidadania – enquanto aspectos particulares de seu pensamento. Nesse sentido, o seu autoritarismo se sobressai como também a relatividade de seu conservadorismo. Não se trata, pois, de ser contrário à urbanização ou à democratização, mas a preocupação recai sobre as formas que os dois processos poderiam assumir se não estivessem sob o controle de um Estado *verdadeiramente* apto.

Devemos destacar que a atuação de Backheuser junto ao movimento católico deu-se, sobretudo, através da campanha educacional. Assim, em seu pensamento, aliam-se duas frentes de combate ideológicas: a educação e a formação religiosa. Foi como católico convertido que Backheuser envolveu-se nos debates ideológicos presentes na ABE e manifestados através das Conferências Nacionais de Educação.

UMA VIA PARA A CONSOLIDAÇÃO DA GEOGRAFIA NO BRASIL

No início do século XX, mais precisamente na década de 1920, inicia-se uma via de institucionalização da Geografia, em que o ensino de primeiro e segundo graus são fundamentais. Funda-se o primeiro ensaio brasileiro de ensino superior em Geografia: o Curso Livre de Geografia Superior, em 1926, no Rio de Janeiro, com Everardo Backheuser, Carlos Delgado de Carvalho e Raja Gabaglia à frente. Estes professores do Colégio Pedro II, foram os mentores da reestruturação da Geografia mnemônica. Backheuser e Delgado, com formações pessoais e profissionais diferentes, implementaram as primeiras grandes discussões, no país, em torno da Geografia enquanto disciplina científica.

Um fato importante que pode nos auxiliar na compreensão do seu envolvimento com a Geografia é, fora de questão, a sua participação na elaboração do Compêndio de Geografia do Brasil. A obra, de caráter didático, foi empreendida sob a responsabilidade da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Trata-se de obra comemorativa do Centenário da Independência, elaborada no final dos anos de 1910, de cuja Comissão Backheuser fez parte, juntamente com: Marechal Gregório Thaumaturgo de Azevedo, Antonio Olinto dos Santos Pires, Francisco Bhering, Francisco Jaguaribe Gomes de Matos e Lindolfo Xavier. Ficou responsável pelo capítulo sobre Orografia (Sistema Parima, Sistema Brasileiro e Contrafortes Andinos), especificamente, ao lado dos engenheiros Luis Felipe Gonzaga de Campos e Eusébio Paulo de Oliveira.

Importa destacar que o Compêndio de Geografia do Brasil foi elaborado com o objetivo de fornecer dados e informações em caráter didático atendendo à modernização do ensino da Geografia.

Desta forma, fica evidente que Backheuser encontrava-se no centro do movimento de sistematização do pensamento geográfico, no Brasil, do início do século. Sua atuação foi além, estendendo-se também no que se entende como institucionalização do mesmo.

Ratzel, para ele, foi quem melhor viu os objetivos da Geografia e, é claro, foi quem norteou todo seu pensamento. Assim, o homem vem para o centro das discussões geográficas e ocupa, ao lado do solo e do clima, um papel destacado. Na concepção de Backheuser, a Geografia: "... é a ciência que estuda as relações de interdependência, ou seja, as ações e reações que entre si exercem os fatores: – solo, clima e homem, em uma certa e determinada região da superfície da Terra e em um dado momento da sua história" (BACKHEUSER, 1926, p.83-4).

O espírito de modernização é algo mais amplo que a Geografia em si. Conforme o que já foi analisado até aqui da visão do mundo de Backheuser, esse espírito está inarredavelmente ligado a todo o seu pensamento. De forma que, na sua luta pela sistematização de um pensamento geográfico, no Brasil, que se liga ao processo de institucionalização, a Geografia cumpre também um papel de modernizadora da estrutura social, via políticas estatais e via educação.

Backheuser entende que a Geografia “se ocupa de estudar fatos, fenômenos, ocorrências e relações em um dado espaço da Terra”, ao passo que a História “se destina a estudar esses diversos quadros em tempos sucessivos” (BACKHEUSER, 1926, p.86). É importante destacar este aspecto da visão do autor por dois motivos: em primeiro lugar porque implica numa concepção estática do tempo, ou seja, o entendimento da geografia como um estudo da paisagem em sua forma fotográfica, em segundo, porque ela também implica num recorte espacial – espécie geográfica.

Backheuser fazia uma leitura de Ratzel que destoava das radicais interpretações do determinismo geográfico a ele atribuído. E, assim, numa coerência intransigente desde suas primeiras publicações sobre o assunto, coloca, incisivamente, a relatividade da influência mesológica sobre o comportamento humano, inclusive *aventurando-se* a criar a denominação *grau de cultura* para designar a força das influências históricas, como colocadas por Ratzel.

O autor, porém, também foi influenciado pelas teorias darwinistas sociais, na sua vertente evolucionista, defendendo a miscigenação, e fazendo o amálgama das duas tendências epistemológicas (determinismo geográfico e determinismo racial), contraditórias em seus locais de origem, conforme Moraes (1988), “casarem-se” de maneira complementar e pacífica na interpretação da problemática brasileira.

A formação dos geógrafos brasileiros foi uma das preocupações centrais do pensamento de Backheuser. Não foi outra a razão para a sua atuação junto à criação do Curso Livre de Geografia Superior, em 1926, através da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. O Curso Livre direcionava-se à formação de professores de nível primário e constituiu-se num primeiro passo para a institucionalização definitiva da Geografia, no país. Backheuser dirige o Curso em 1926 e Delgado de Carvalho em 1927.

Delgado chega a destacar, em sua conferência de abertura do 2º ano do Curso, o novo escol de geógrafos que estava, naquele período, promovendo a renovação da Geografia, no país.

É, pois, a restauração da Geografia como ciência natural que visa a nova escola brasileira de Geografia, chefiada por Backheuser, Raja Gabaglia, Honório Silvestre, Othelo Reis, no magistério oficial, por Arrojado Lisboa, Eusébio de Oliveira, Ruy de Lima e Silva, Alberto Betim, Djalma Guimarães, nos campos de pesquisas, de um lado, e de outro, Roquete Pinto, Oliveira Vianna, Alberto Rangel, Raymundo Lopes e vários outros (CARVALHO, 1926-27, p.95).

O movimento de renovação educacional – expressivo na década de 20 – é marcado pelo movimento de *renovação* do ensino da Geografia, ou seja, esta ciência acompanha todo o processo que se desenrola no campo educacional. Para poder fazer parte desse novo momento, ela se moderniza e se atualiza no sentido de oferecer um sentido prático para sua atuação.

Na verdade, a Geografia, sofre pressões internas, mas também externas a ela, devido à importância do conhecimento geográfico moderno para aquele momento histórico específico. O rompimento com a Geografia mnemônica está inserido, portanto, nas necessidades impostas pela nova sociedade que se estabelece.

Desta forma, o que se conclui é que, antes da vinda das comissões francesas e antes da instalação dos cursos superiores de Geografia em São Paulo e no Rio já se formava todo um clima favorável e de grande ansiedade em relação à institucionalização desses cursos. De modo que Backheuser e Delgado de Carvalho estão entre os estimuladores maiores da Geografia que se veio instalar no Brasil, na década de 30.

Machado observa que Backheuser, assim como Delgado de Carvalho, recorrem a uma série de citações de autores das mais diversas linhas de pensamento, amalgamando tendências e descontextualizando idéias. Isto favoreceria grandemente a defesa de um projeto de institucionalização da Geografia na medida em que um *discurso frouxo* afastava as dificuldades de um aprofundamento das idéias e constituía-se numa "estratégia mais adequada para adquirir proteção sócio-política no meio intelectual da época" (MACHADO, 1995 p. 326).

Em nossa opinião, um passo valioso para compreendermos a institucionalização efetiva, que se dá na década de 30, é analisarmos o embate de idéias presente nos anos 20 a respeito da introdução da Geografia no âmbito escolar.

A participação de Backheuser na ABE (Associação Brasileira de Educação) e na CCBE (Confederação Católica Brasileira de Educação) é extremamente importante no que diz respeito à sua atuação junto à consolidação do ensino da Geografia nos níveis primário, secundário e profissionalizante e mesmo no ensino superior, pois foi enquanto membro destas instituições, que ele pode fazer efetivarem-se programas de Geografia, sobretudo no ensino primário.

Sua atuação junto ao Museu Pedagógico Central e ao Instituto de Estudos Pedagógicos na década de 30, fornecia um instrumental para a formação do professorado primário. As conferências e os cursos de aperfeiçoamento realizados junto ao Instituto, sobretudo, tinham esse caráter de instrução das professoras de modo a permitir que elas reproduzissem os conhecimentos adquiridos e que transmitissem a nova visão de Geografia. "A natureza do solo do Distrito Federal – desenvolvendo um plano esquemático" (BACKHEUSER, 1930) é um exemplo dessas conferências, em que Backheuser transmitia conhecimentos básicos de fisiografia que deveriam ser adequadamente transmitidos aos alunos.

A Reforma Luis Alves-Rocha Vaz de 13/01/1925, é considerada a primeira legislação relativa ao ensino que introduz oficialmente parte das inovações que ocorriam no campo da Geografia. "A preocupação com um maior rigor científico dos estudos do território nacional, levou a reforma a colocar a necessidade de estudos regionais de base natural – como propunha Delgado em seu livro de 1913..." (FERRAZ, 1994, p.25). Entretanto, embora tenha introduzido elementos da Geografia Moderna no currículo escolar, foi somente após a Revolução de 30, com a Reforma Francisco Campos, de 1931, que entrou em vigor um processo de centralização e homogeneização do ensino da Geografia em nível nacional.

Delgado e Backheuser trabalharam juntos na ABE até a IV Conferência Nacional de Educação. Então, em 1931, Delgado acabou por assinar juntamente com Fernando de Azevedo, o Manifesto dos Pioneiros da Educação e Backheuser fundou, com o grupo católico, a Confederação Católica Brasileira de Educação – CCBE. Os dois grupos debateram intensamente até por volta do golpe de 1937 quando o debate educacional foi esvaziado pelo regime autoritário.

A atuação de Backheuser no que concerne à institucionalização da Geografia em nível escolar, na década de 30, estava mais atrelada ao ensino primário e, conseqüentemente, dissolvida entre outras preocupações próprias àquele nível de ensino.

Pode-se dizer que, na década de 20, o processo de sistematização desencadeado pelo IHBG (Instituto Histórico e Geográfico) e pela SGRJ (Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro), desde o final do século XIX, encontrou ressonância tendo gerado o lastro necessário à institucionalização da ciência geográfica.

A instalação dos cursos de Geografia, nos anos 30, faz parte de uma iniciativa que encontra seus fundamentos na campanha educacional desencadeada pela ABE (Associação Brasileira de Educação) e pela ABC (Academia Brasileira de Letras). A primeira faculdade de Geografia foi instalada, em 1934, juntamente com a fundação da Universidade de São Paulo.

Cabem aqui algumas referências sobre o histórico da criação da USP a fim de iluminarmos um pouco mais a questão da institucionalização da Geografia, no Brasil. Inicialmente, a base da nova universidade é assim resumida por Schwartzman:

... uma universidade que não seria simplesmente uma agregação de escolas profissionais superiores; cujo eixo central ou *célula mater* seria a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, onde seria promovida a pesquisa em tempo integral, contribuindo para um conhecimento universal, puro e desinteressado, ficando a aplicação da ciência para escolas profissionais; que seria amplamente autônoma do ponto de vista administrativo e acadêmico; que formaria uma elite cultural dinâmica, capaz de assumir a liderança no processo de superação de estado de atraso em se que encontrava o país (SHWARTZMAN, 1979, p.197).

Os dois *articuladores* da instituição – Paulo Duarte e Júlio de Mesquita Filho – adotaram o modelo francês de universidade, tendo uma preocupação especial com a escolha dos profissionais que atuariam em cada uma das áreas.

Ora, éramos irredutivelmente liberais, tão convictamente liberais, que nos julgávamos na obrigação de tudo fazer para que o espírito que respirasse a organização da Universidade se mantivesse exacerbadamente liberal... Essa nossa posição obrigava a evitar que as cátedras da Faculdade de Filosofia pudessem cair nas mãos de adeptos do credo italiano, sobretudo aquelas que mais aptas se mostravam a influir na formação moral de nossa juventude. (...) Conservávamos para a França, líder da liberal-democracia, aquelas de que dependia diretamente a formação espiritual dos futuros alunos: filosofia, sociologia, economia política, política, geografia humana, letras clássicas e literatura francesa. As demais – química e história natural – seriam preenchidas por alemães expulsos, ou em vésperas de o ser, de sua pátria pelo hitlerismo. Assim, evitava-se a quebra do sentimento liberal da evolução brasileira... As futuras “elites” não seriam vítimas da deformação intelectual resultante da pré-dica, nas cátedras, de teorias esdrúxulas, que repugnavam à índole e às tendências inatas da nossa gente. (MESQUITA FILHO. *apud* SHWARTZMAN, 1979, p.200).

A Geografia – humana como destacado – , como se pode depreender da fala de Mesquita, é entendida como uma das ciências responsáveis diretamente pela *formação espiritual* da futura elite.

Deffontaines assume a cadeira de Geografia, em 1934, ao lado de P. Monbeig, vindo em 1935, e, juntos, imprimem os rumos que a Geografia iria tomar a partir de então, no Brasil.

A Universidade de São Paulo, como um projeto próprio da elite, portanto derrotada na Revolução de 32, recorre a intelectuais estrangeiros para a conformação de seu corpo docente, entre eles os professores franceses. Esses não se entregaram somente a ministrar aulas, mas também fun-

daram espaços para a conformação institucional das diferentes disciplinas e levaram adiante pesquisas que tiveram como fim dar conta do processo de modernização pelo qual o Brasil estava passando (ZUSMAN, 1996, p.316).

A transferência de Deffontaines para a Universidade do Distrito Federal, em 1935, reflete a mesma necessidade de formação da elite dirigente presente também naquela instituição que com a absorção de professores estrangeiros "inicia um processo de internacionalização semelhante ao de São Paulo" (SCHWARTZMANN, 1979, p.227).

O fato de Backheuser ter sido chamado a assumir a cadeira da Geografia Humana e de Didática da Geografia, somente em 1939, junto à Universidade Católica é bastante significativo. Esta oportunidade deu ao autor a chance de fazer efetivar-se um programa de Geografia para o ensino superior que se chocava diretamente com a orientação francesa seguida pelas Faculdades de Filosofia – tanto a de São Paulo como a do Rio de Janeiro.

O curso de Geografia na Universidade Católica revela aspectos próprios ao momento entre os quais cabem ser destacadas: importância que os estudos geográficos assumem na década de 40; necessidade crescente, de diplomados com nível superior; orientação conservadora da Igreja dando a vez para a difusão de uma vertente *mal vista* pelos *liberais/progressistas*.

Quanto ao primeiro ponto já se tem discutido amplamente o papel que a Geografia desempenhou junto ao Governo Vargas, no que concerne ao fornecimento de informações geográficas a respeito do território. Durante o Estado Novo 1937-1945, a Geografia "... tomou uma importância como nunca antes ou depois teve, sendo uma das peças principais no currículo, na formação do espírito patriótico e no papel ideológico para com os reais interesses do Estado" (FERRAZ, 1994, p.29).

As novas necessidades que se iam colocando à sociedade brasileira que se transformava radicalmente, a partir da década de 30, com o processo de industrialização-urbanização em marcha, suscitaram o desenvolvimento de um aparato de ensino superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tem-se afirmado que, antes da década de 1930 – mais especificamente 1934-35 – não se fazia Geografia no Brasil. Primeiramente, deve se ter em conta que se não haviam geógrafos propriamente ditos, nem por isso, não se pensava geograficamente o país. Em segundo lugar, deve-se considerar ainda, que, dado que a Geografia escolar é anterior à criação dos cursos de Geografia, a "sua institucionalização enquanto ciência ocorreu por dentro da escola secundária" (SOUZA NETO, 2000, p.37). E também por dentro da escola primária. Foi através do nível primário de ensino que Backheuser mais atuou, na década de 1930, e ele o entendia como a instância mais importante para a formação do espírito patriótico, confirmando o que estudiosos do nacionalismo, como Anderson (1989), na bibliografia internacional, e Oliveira (1997), na bibliografia nacional, vêm afirmando.

Delgado de Carvalho, considerado o *pai da geografia moderna brasileira*, dialogava, na verdade, com vários outros intelectuais que atuavam junto à sistematização/institucionalização da geografia no Brasil. Suas posições não eram consensuais, nem mesmo entre os professores do Colégio Pedro II, de onde deveria partir toda a orientação para o restante do país, desde 1925 – Reforma Luís Alves-Rocha Vaz.

Consideramos que, ao tratar da contribuição de Delgado, não se deveria esquecer estas colocações e, não deixando de conferir a ele o título de primeiro sistematizador da geografia brasileira – *Geografia do Brasil* de sua autoria data de 1913 – não deixar, por outro lado, de considerar que suas proposições compunham-se, na verdade de um embate com as propostas tradicionalistas da “geografia de nomenclatura” e do embate com as proposições mais alicerçadas em outras vertentes.

Nesse sentido, cabe reafirmar a produção de Backheuser como o principal contraponto, ao qual Delgado tinha que ficar atento. O diálogo Delgado/Backheuser é evidente, sendo a influência da escola antropogeográfica alemã muito marcante também em Delgado.

Finalmente cabe reafirmar que os esforços no sentido da sistematização, assim como da institucionalização da geografia e da geopolítica inserem-se numa necessidade maior de consolidação da territorialidade e da nacionalidade imprescindíveis, naquele momento para o desenvolvimento do sistema capitalista, no Brasil. A unidade territorial deveria ser assegurada através da integração e ocupação do território. Entretanto, esta unidade teria que se dar também no que concerne à nação. Na visão de Backheuser esta seria assegurada através do branqueamento e da educação fazendo coincidir território e nação.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, B. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ed. Ática, 1989.
- ANSELMO, R.C.M.S. **Oliveira Vianna e a unidade - identidade do espaço brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro - SP, 1995.
- AZEVEDO, Fernando. A transmissão da cultura. Parte 3 da 5ª. edição da obra **A cultura brasileira**. São Paulo: Ed. Melhoramentos / Brasília: INL, 1976.
- BACKHEUSER, E. **A estrutura política do Brasil**. Notas prévias. Rio de Janeiro: Mendonça e Machado, 1926.
- BACKHEUSER, E. A nova concepção de Geografia. **Revista da SGRJ**. Rio de Janeiro, t.XXXI., p. 75-89, 1926-27.
- BACKHEUSER, E. A natureza do solo do Distrito Federal. Desenvolvendo um plano esquemático. **A Escola Primária**. Rio de Janeiro, a.XIV, n.6, ago.1930a.
- BACKHEUSER, E. As linhas mestras da reforma na Áustria. **Escola Nova**. São Paulo, v.1, n.1, out. 1930b.
- BACKHEUSER, E. **Problemas do Brasil. Estrutura geopolítica. O espaço**. Rio de Janeiro: Ed. Omnia, 1933.
- BACKHEUSER, E. **A escola regional**. Rio de Janeiro: Biblioteca da ABE, 1931.
- BACKHEUSER, E. **O Professor**. Rio de Janeiro: Ed. Agir, 1946. (Coleção Depoimentos 2)
- BASBAUM, L. **História Sincera da República de 1889 a 1930**. 2ª. ed. São Paulo: Ed. LB., 1962.
- CARVALHO, C. M. Delgado de. Geografia Ciência da Natureza. **Revista da SGRJ**. Rio de Janeiro, t.XXXI., p. 93-101, 1926-1927.

CARVALHO, M. M. Chagas de. Educação e política nos anos 20: a desilusão com a República e o entusiasmo pela educação. *In*: LORENZO, H. C. de; COSTA, W.P. da. (Orgs). **A Década de 20 e as origens de um Brasil moderno**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1997 (Prismas).

FERNANDES, F. **Revolução burguesa no Brasil**. Ensaios de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.

FERRAZ, C.B. **O discurso geográfico na obra de Delgado de Carvalho no contexto da geografia brasileira - 1913-1942**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – FFLCH, USP, São Paulo, 1994.

GRANZIERA, R.G. O Brasil depois da Grande Guerra. *In*: LORENZO, H.C. de; COSTA, W.P. da. (Orgs). **A Década de 20 e as origens de um Brasil moderno**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1997 (Prismas). P.135-142.

MACHADO, L.O. As idéias no lugar. O desenvolvimento do pensamento geográfico no Brasil no início do século XX. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO 1. Rio Claro, 1999. **Anais...** Rio Claro – SP, 1999. Vol.3 (Anexo)

MACHADO, L.O. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios a idéia da ordem. (1870-1930). *In*: GOMES, P. C. DA C. **Geografia. Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1995. P.309-349.

MORAES, A.C.R. **Ideologias geográficas. Espaço, cultura e política no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1988.

NAGLE, J. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

OLIVEIRA, L.L. de. Repensando a tradição. **Ciência Hoje**. São Paulo, v.7, n.38, 1987.

OLIVEIRA, L.L. de. Questão nacional na Primeira República. *In*: LORENZO, H.C. de; COSTA, W.P. da. (Orgs). **A Década de 20 e as Origens de um Brasil Moderno**. São Paulo: Fundação Ed. da UNESP, 1997. (Prismas). P.185-193.

SANTOS, S.M.G. dos. **A cultura opulenta de Everardo Backheuser**. Os conceitos e as leis básicas da Geopolítica. Rio: Ed. Carioca de Engenharia, 1989.

SCHWARTZMANN, S. **Formação da comunidade científica no Brasil**. Rio de Janeiro: FINEP, São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1979. (Biblioteca Universitária, série 8/ Estudos em ciências e tecnologia, vol.2).

SOUZA NETO, M.F. O compêndio elementar de geografia geral e especial do Brasil. **Terra Brasilis**. Rio de Janeiro, a.1, n.1, p. 8-51, jan./jun.2000.

ZUSMAN, P. B. Aceleração e transformações sociais. Os geógrafos dos anos 30, perplexos, buscam, conceitualizar o Brasil e o mundo. *In*: SANTOS, M. SOUZA, M. A.A. de; SILVEIRA, M. L. (org.) **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1996.

ZUSMAN, P.; PEREIRA, S.N. Entre a ciência e a política: um olhar sobre a Geografia de Delgado de Carvalho. **Terra Brasilis**. a.1, n.1, P. 52-82, Jan/Jun 2000.

ZUSMAN, P.B. **Sociedades geográficas na promoção do saber a respeito do território**. Estratégias políticas e acadêmicas das instituições geográficas na Argentina (1879-1942) e no Brasil (1838-1945). Dissertação (Mestrado em Geografia) – FFLCH, USP, São Paulo, 1996.

Recebido em agosto de 2004
Revisado em fevereiro de 2005
Aceito em novembro de 2005